

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Centro Sul do Mato Grosso
do Sul - Sicredi Centro-Sul MS**

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molinhas de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul -
Sicredi Centro-Sul MS
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

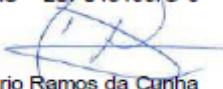
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016		
CIRCULANTE	1.249.472	1.106.565	CIRCULANTE	598.890	492.656		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	25.015	16.024	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	187.190	171.122
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	10.162	-	Depósitos à Vista		165.383	159.474
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		10.162	-	Depósitos a Prazo		21.807	11.648
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		434.016	478.405	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		342.257	263.638
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		126	16	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		10	17
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		-	-	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	342.247	263.621
Correspondentes no país		150	224	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.357	831
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	433.740	478.165	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.357	831
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	737.443	583.507	OUTRAS OBRIGAÇÕES		68.086	57.065
Operações de Crédito		766.439	617.299	Cobrança e Arrecadação de Tributos		353	190
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(28.996)	(33.792)	Sociais e Estatutárias		9.591	7.033
OUTROS CRÉDITOS		34.787	25.413	Fiscais e Previdenciárias		2.131	2.185
Créditos por Avais e Fianças Honrados		204	239	Diversas	(NOTA 13)	56.011	47.657
Rendas a Receber		2.135	1.901				
Diversos	(NOTA 07)	32.890	23.622				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(442)	(349)				
OUTROS VALORES E BENS		8.049	3.216				
Outros Valores e Bens		8.270	3.455				
(Provisão para desvalorização)		(445)	(445)				
Despesas Antecipadas	(NOTA 08)	224	206				
NÃO CIRCULANTE	146.799	105.235	NÃO CIRCULANTE	464.564	445.549		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		146.799	105.235	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		464.564	445.549
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	741	115	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	457.136	438.472
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		741	115	Depósitos a Prazo		457.136	438.472
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	88.570	54.207	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	7.428	7.077
Operações de Crédito		100.159	64.195	Repasses Interfinanceiros		7.428	7.077
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(11.589)	(9.988)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	77	1				
Diversos		78	1				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(1)	-				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	26.583	24.189	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		332.817	273.595
Outros Investimentos		26.583	24.189	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15)	153.005	133.075
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	23.726	20.124	De Domiciliados no País		153.359	133.450
Imóveis de Uso		1.669	1.671	(Capital a Realizar)		(354)	(375)
Outras Imobilizações de Uso		33.514	27.509	RESERVAS DE CAPITAL		47	47
(Depreciação acumulada)		(11.457)	(9.056)	RESERVAS DE SOBRAS		150.593	115.939
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	7.102	6.599	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		29.172	24.534
Outros Ativos Intangíveis		13.360	11.198				
(Amortização acumulada)		(6.258)	(4.599)				
TOTAL DO ATIVO		1.396.271	1.211.800	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.396.271	1.211.800

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	91.586	1	91.587	174.514	5	174.519	149.764	3	149.767
Operações de Crédito	91.393	1	91.394	174.311	5	174.316	149.123	3	149.126
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	178	-	178	188	-	188	621	-	621
Resultado das Aplicações Compulsórias	15	-	15	15	-	15	20	-	20
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(36.768)	(1.022)	(37.790)	(85.548)	(1.802)	(87.350)	(96.831)	(831)	(97.662)
Operações de Captação no Mercado	(17.528)	(38)	(17.566)	(41.874)	(69)	(41.943)	(54.808)	(49)	(54.857)
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.794)	(984)	(12.778)	(22.921)	(1.733)	(24.654)	(13.750)	(782)	(14.532)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(7.446)	-	(7.446)	(20.753)	-	(20.753)	(28.273)	-	(28.273)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	54.818	(1.021)	53.797	88.966	(1.797)	87.169	52.933	(828)	52.105
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.390)	5.565	(9.825)	(21.470)	9.969	(11.501)	2.843	7.972	10.815
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.565	10.195	15.760	10.772	18.606	29.378	8.177	13.342	21.519
Rendas de Tarifas Bancárias	8.643	-	8.643	16.607	-	16.607	15.012	-	15.012
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(23.220)	(1.932)	(25.152)	(45.124)	(3.422)	(48.546)	(39.646)	(2.283)	(41.929)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(15.522)	(1.771)	(17.293)	(31.043)	(3.403)	(34.446)	(27.878)	(2.601)	(30.479)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(48)	(514)	(562)	(146)	(941)	(1.087)	(155)	(676)	(831)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	23.834	435	24.269	55.755	569	56.324	69.345	1.039	70.384
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(14.642)	(848)	(15.490)	(28.291)	(1.440)	(29.731)	(22.012)	(849)	(22.861)
RESULTADO OPERACIONAL	39.428	4.544	43.972	67.496	8.172	75.668	55.776	7.144	62.920
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(91)	(3)	(94)	(103)	(4)	(107)	(303)	(15)	(318)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	39.337	4.541	43.878	67.393	8.168	75.561	55.473	7.129	62.602
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.011	1.011	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	592	592	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	419	419	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	39.337	5.552	44.889	67.393	8.168	75.561	55.473	7.129	62.602
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	8.168	(8.168)	-	7.129	(7.129)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	39.337	5.552	44.889	75.561	-	75.561	62.602	-	62.602
DESTINAÇÕES	-	-	-	(46.432)	-	(46.432)	(38.068)	-	(38.068)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(11.319)	-	(11.319)	(10.870)	-	(10.870)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.913)	-	(2.913)	(2.453)	-	(2.453)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(26.216)	-	(26.216)	(22.081)	-	(22.081)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.984)	-	(5.984)	(2.664)	-	(2.664)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	29.129	-	29.129	24.534	-	24.534

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	114.667	47	87.731	17.316	219.761
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.887	-	-	(13.689)	(6.802)
Destinações para reservas	-	-	3.463	(3.463)	-
Outras destinações	-	-	-	(164)	(164)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.872	-	-	-	5.872
Baixas de capital	(4.682)	-	-	-	(4.682)
Resultado do período	-	-	-	62.602	62.602
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.453)	(2.453)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	22.081	(22.081)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.331	-	-	(10.870)	(539)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	2.664	(2.664)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	133.075	47	115.939	24.534	273.595
Mutações do Período	18.408	-	28.208	7.218	53.834
Saldos no início do período em 01/01/2017	133.075	47	115.939	24.534	273.595
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	10.672	-	-	(21.257)	(10.585)
Destinações para reservas	-	-	2.454	(2.454)	-
Outras destinações	-	-	-	(823)	(823)
Reversões de reservas	-	-	-	43	43
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	7.083	-	-	-	7.083
Baixas de capital	(8.631)	-	-	-	(8.631)
Resultado do período	-	-	-	75.561	75.561
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.913)	(2.913)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	26.216	(26.216)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.806	-	-	(11.319)	(513)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	5.984	(5.984)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	153.005	47	150.593	29.172	332.817
Mutações do Período	19.930	-	34.654	4.638	59.222
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	143.496	47	118.393	30.672	292.608
Reversões de reservas	-	-	-	43	43
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.803	-	-	-	3.803
Baixas de capital	(5.100)	-	-	-	(5.100)
Resultado do período	-	-	-	44.889	44.889
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.913)	(2.913)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	26.216	(26.216)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.806	-	-	(11.319)	(513)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	5.984	(5.984)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	153.005	47	150.593	29.172	332.817
Mutações do Período	9.509	-	32.200	(1.500)	40.209

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	36.865	74.721	58.692
Resultado do exercício	44.889	75.561	62.602
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(8.024)	(840)	(3.910)
(Reversão) para operações de crédito	(7.521)	(3.195)	(5.507)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(5)	-	13
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	61	94	(59)
Depreciação do imobilizado de uso	1.836	3.104	2.215
Amortização do intangível	821	1.659	988
Baixas do ativo permanente	106	155	412
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(161)	(108)	52
Destinações ao FATES	(2.913)	(2.913)	(2.453)
Dividendos SicrediPar	(248)	364	429
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(137.346)	(85.313)	74.798
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.678)	(10.788)	(14)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.942	(109)	(16)
Redução em créditos vinculados	10	-	-
Redução em relações com correspondentes	166	73	57
(Aumento) em operações de crédito	(186.415)	(185.105)	(103.019)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	59.354	78.970	70.035
(Aumento) em outros créditos	(5.380)	(9.909)	(5.516)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(2.485)	(4.834)	439
Aumento (Redução) em depósitos	(25.958)	34.733	106.107
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	182	527	(78)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(958)	(1.929)	(1.853)
Aumento em outras obrigações	26.874	13.058	8.656
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(100.481)	(10.592)	133.490
Aquisição de Investimentos	(2.296)	(2.394)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.614)	(6.860)	(9.002)
Aplicações no Intangível	(1.231)	(2.162)	(1.924)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.141)	(11.416)	(10.926)
Integralização de capital	3.803	7.083	5.872
Baixa de capital	(5.100)	(8.631)	(4.682)
Juros ao capital próprio	(513)	(513)	(539)
Reversão de Outras Reservas	43	43	
Distribuição de Sobras	-	(11.408)	(6.966)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.767)	(13.426)	(6.315)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(108.389)	(35.434)	116.249
Caixa e equivalente de caixa no início do período	567.144	494.189	377.940
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	458.755	458.755	494.189

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 05/12/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais e Outros Ingressos e Receitas Operacionais, respectivamente, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central . Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(97.674)	12	(97.662)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.285)	12	(28.273)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(30.830)	351	(30.479)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(22.498)	(363)	(22.861)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	25.015	16.024
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	433.740	478.165
Total	458.755	494.189

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.162	-
Depósitos Interfinanceiros em Ligadas	10.162	-
Total circulante	10.162	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	741	115
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	741	115
Total realizável a longo prazo	741	115

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	330.232	66.337	396.569	330.865
Financiamentos	24.616	13.928	38.544	36.578
Financiamentos rurais e agroindustriais	411.591	19.894	431.485	314.051
Carteira total	766.439	100.159	866.598	681.494

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	204	-	204	239
Devedores por compra de valores e bens	19	77	96	-
Títulos e créditos a receber (i)	24.974	1	24.975	17.664
Total	25.197	78	25.275	17.903

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	-	5	-	-
Nível A	0,50	285.974	336.723	1.430	1.684
Nível B	1,00	414.039	218.326	4.269	2.183
Nível C	3,00	126.517	68.881	3.796	2.067
Nível D	10,00	23.516	22.037	2.352	2.204
Nível E	30,00	10.282	11.910	3.085	3.573
Nível F	50,00	9.558	15.276	4.779	7.638
Nível G	70,00	2.233	4.863	1.563	3.404
Nível H	100,00	19.754	21.376	19.754	21.376
Total (i)		891.873	699.397	41.028	44.129

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	8.444	103.707	131.824	56.587	300.562
Rural	1.080	46.564	363.947	19.894	431.485
Industrial	547	1.081	3.119	1.467	6.214
Comércio	2.564	27.177	38.232	8.054	76.027
Outros Serviços	1.413	25.651	36.286	14.235	77.585
Total	14.048	204.180	573.408	100.237	891.873
					699.397

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	70.121	7,86	50.922	7,28
50 devedores seguintes	151.271	16,96	127.202	18,19
100 devedores seguintes	136.871	15,35	111.384	15,93
Demais	533.610	59,83	409.889	58,61
Total	891.873	100	699.397	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	44.129	49.695
Constituição de provisão	20.753	28.273
Movimentação de baixados para prejuízo	(23.854)	(33.839)
Saldo final	41.028	44.129

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 11.263 (2016 - R\$ 6.228), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 25.971 (2016 - R\$ 24.134).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	295	238
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.868	4.223
Devedores por compra de valores e bens	19	-
Devedores por depósitos em garantia	3	22
Impostos e contribuições a compensar	951	722
Títulos e créditos a receber	24.974	17.663
Valores honrados	54	8
Cotas de consórcio	55	37
Operações com cartões	95	75
Pendências a regularizar	406	103
Outros	1.170	531
Total Circulante	32.890	23.622

Devedores por compra de valores e bens	77	-
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	78	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	8.270	3.455
Imóveis	7.067	2.752
Veículos e afins	270	81
Máquinas e equipamentos	180	-
Bens em regime especial	753	622
Despesas antecipadas	224	206
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(445)	(445)
Total Circulante	8.049	3.216

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 445 (2016 - R\$ 445) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	13.042	10.648
Sicredi Participações S.A.	13.539	13.539
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	26.583	24.189

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	4.391.147 ON	4.391.147 ON	2	2	13.041.837	10.647.686
	9.148.270 PN	9.148.270 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,55%	1,56%	1,22%	1,27%	33,00%	32,06%
Capital social	874.847	869.279	164	165	39.522	33.215
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	41.926	35.663
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	135	308
Valor do investimento	13.539	13.539	2	2	13.042	10.648

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017		2016	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	35.183	(11.457)	23.726	20.124
Imobilizações em curso	-	2.429	-	2.429	8.656
Terrenos	-	66	-	66	66
Edificações	4%	1.603	(312)	1.291	1.356
Instalações	10%	15.768	(3.611)	12.157	4.344
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.324	(2.184)	4.140	2.956
Sistema de comunicação	10%	244	(69)	175	114
Sistema de processamento de dados	20%	8.166	(5.121)	3.045	2.324
Sistema de segurança	10%	333	(97)	236	186
Sistema de transporte	20%	250	(63)	187	122
Intangível (i)		13.360	(6.258)	7.102	6.599
Investimentos Confederação		13.360	(6.258)	7.102	6.599
Total		48.543	(17.715)	30.828	26.723

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	165.383	-	-	165.383	159.474
Depósitos a prazo	4.349	17.458	457.136	478.943	450.120
Total	169.732	17.458	457.136	644.326	609.594

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	342.247	263.621
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	342.247	263.621
Total circulante	342.247	263.621
Recursos do Crédito Rural	7.428	7.077
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.428	7.077
Total exigível a longo prazo	7.428	7.077

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 31/10/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	14.718	16.892
Obrigações por convênios oficiais	8	7
Provisão para pagamentos a efetuar	10.294	8.560
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	153	261
Outras Contingências	3	37
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.241	1.547
Pendências a regularizar	31	15
Operações com cartões	24.118	16.847
Demais fornecedores	2.415	1.422
Credores diversos	2.030	2.069
Total circulante	56.011	47.657

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	103	9	(103)	9
Cível	158	159	(173)	144
Total	261	168	(276)	153

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	9	103
Cível	Provável	144	158
Total		153	261

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 84 (2016 - R\$ 101).

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	153.005	133.075
Total de associados	75.120	72.434

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.930 (2016 – R\$ 18.408), sendo R\$ 21.478 (2016 – R\$ 17.218) via integralização de resultados e R\$ 7.083 (2016 – R\$ 5.872), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 8.631 (2016 – R\$ 4.682).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 11.319, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES. Em 2017, a cooperativa aumentou sua Reserva Legal no montante de R\$ 34.654 (2016 – R\$ 28.208), sendo R\$ 2.454 (2016 – R\$ 3.463) via destinação de resultados do exercício anterior definidos em assembleia e R\$ 32.200 (2016 – R\$ 24.475), via destinação de resultados do exercício estatuto.

A cooperativa possuí o montante de R\$ 47 (2016 - R\$ 47) em Reserva de Capital, oriunda de doação de imóvel pelo município de Novo Horizonte do Sul para o estabelecimento da agência.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	75.561	62.602
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(31.736)	(26.293)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	71	20
Provisão PPR	68	14
Receita com atos cooperativos	27.914	23.298
Juros sobre capital próprio	4.754	4.565
Outros	(1.071)	(1.604)
Subtotal	31.736	26.293
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	10.903	115
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	433.740	478.165
Outros Créditos - Rendas a receber	1.570	1.063
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.259	3.368
Investimentos (Nota 09)	26.583	24.189
Intangível (Nota 10)	7.102	6.599
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	349.675	270.698
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	23.921	16.233
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	188	621
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	7.841	5.420
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	50.185	63.101
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	24.654	14.533
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	2.162	2.474
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	16.763	13.281

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	199	0,12%	186
Depósitos a prazo	733	0,15%	846
Operações de crédito	2.060	0,24%	2.217

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.377	1.870

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	1.016	892
Despesa de aluguéis	3.156	2.869
Despesa de comunicação	2.220	1.954
Despesa de manutenção e conservação	2.501	1.999
Despesa de material	734	708
Despesa processamento dados	756	523
Despesa de promoções e relações públicas	3.209	3.172
Despesa de propaganda e publicidade	277	210
Despesa de seguro	472	838
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.502	3.427
Despesa de serviços de terceiros	1.099	910
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.139	1.829
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.896	1.338
Despesa de serviços de transportes	2.171	1.810
Despesa de viagem	460	299
Outras despesas administrativas	8.838	7.701
Total	34.446	30.479

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.369	1.116
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	49.822	62.497
Reversão de provisões operacionais	2.528	3.727
Outras rendas operacionais	2.605	3.044
Total	56.324	70.384

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.827	3.032
Contribuição O.C.E.	128	117
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.357	469
Contribuição Confederação Sicredi	10.187	7.623
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	2.343	2.345
Encargos da administração financeira	279	347
Repasse administradora de Cartões	1.108	1.114
Depreciação e amortização	1.659	999
Outras provisões operacionais	3.214	3.537
Outras despesas operacionais	4.629	3.278
Total	29.731	22.861

NOTA 21 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	116.049	82.059
Coobrigações em cessões de crédito	173	236
Total	116.222	82.295

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	327.883	270.550
Nível I (NI)	327.883	270.550
Capital principal - CP	327.883	270.550
Capital social	153.005	133.075
Reservas de capital	150.640	115.986
Lucros acumulados	29.172	24.534
Ajustes Prudenciais	(4.934)	(3.045)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.144.110	896.680
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.182	1.000
Margem de Capital (i)	26.568	181.003
Índice de Basileia (PR / RWA)	28,66%	30,17%
Situação de Imobilização (Imob)	25.895	23.680
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,90%	8,75%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Giorgio Martins Bonato
Diretor Executivo
CPF: 867.644.891-49

Antonio Carlos Peres
Diretor de Operações
CPF: 528.531.361-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20